

À margem da preservação: o patrimônio edificado da Avenida Presidente Vargas

Sidelined by preservation: built heritage on Avenida Presidente Vargas

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos

Arquiteto, Urbanista (EAU-UFF) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF) e Doutorando em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ).

guilemmm@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, discute-se a produção da Avenida Presidente Vargas, desde sua proposta urbanística até sua concretização no tecido urbano do Rio de Janeiro, ao longo de mais de 70 anos, por meio da análise do processo de reconhecimento do patrimônio cultural edificado na área central da cidade. No contexto da proteção do monumento excepcional, de valor artístico e histórico nacional, a Avenida Presidente Vargas esteve no centro do embate entre a preservação e o desenvolvimento urbano à época de sua abertura: um projeto transformador que destruiu, agregou e produziu patrimônio. A partir da década de 1980, com a ampliação do arcabouço patrimonial que passou a valorizar as arquiteturas menores e a ambiência do conjunto urbano que estas compõem, a Presidente Vargas ficou à margem dessa discussão atualizada, que considerou como digno de preservação seu casario circundante. Quatro décadas se passaram desde que foram lançadas as bases desta política de preservação, revelando a necessidade de uma revisão de conceitos, e a volta da avenida ao centro do debate.

Palavras-chave: Patrimônio cultural edificado; áreas de preservação patrimonial; Avenida Presidente Vargas.

ABSTRACT: *This article discusses the production of Avenida Presidente Vargas, from the urbanistic project through to its realisation in the urban fabric of Rio de Janeiro, over the course of more than 70 years, by examining the process of recognition of built cultural heritage in the city centre. In the context of protection for exceptional monuments of national artistic and historical value, at the time it was laid, Avenida Presidente Vargas was at the heart of the conflict between preservation and urban development: it was a change-making project that destroyed, aggregated and produced heritage. From the 1980s onwards, when the scope of heritage was extended to value minor architectures and the ambience of the urban ensemble they form, Ave. Presidente Vargas was side-lined by that more contemporary discussion, which considered the surrounding townhouses worthy of preservation. The four decades that have passed since the foundations of that preservation policy were laid have revealed a need to review concepts and to return the avenue to the centre of the debate.*

Keywords: Built Cultural Heritage; Heritage Preservation Areas; Avenida Presidente Vargas.

Breve contextualização

Com a publicação da “Carta de Veneza”, em 1964, amplia-se em um cenário internacional¹ a compreensão patrimonial do monumento histórico da criação arquitetônica isolada para uma noção que abrange também “as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964 *apud* CURY, 2000). Nesse contexto, a experiência de intervenção no Centro Histórico de Bolonha (1969), na Itália, reconheceu o núcleo antigo da cidade como um monumento único, “com particular valor histórico-artístico e urbanístico-arquitetônico”, e que constitui um “organismo urbano unitário”, decorrente da “homogeneidade de seus valores físicos e socioculturais”. (CERVELATTI e SCANNAVINI, 1976, p. 17). A massa edificada da cidade que compunha o entorno das edificações monumentais possuiria, portanto, valores a serem preservados de um ponto de vista cultural, como expressões da vida cotidiana da população. A Declaração de Amsterdã (1975) corrobora essa relação entre a preservação do conjunto urbano e a manutenção de seus componentes sociais por meio do conceito da conservação integrada – que articulou a proteção patrimonial ao desenvolvimento urbano numa escala local³.

Num quadro nacional, essa junção entre as políticas de desenvolvimento e as práticas de proteção ao patrimônio cultural passa a ser verificada na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da década de 1980, como recomendações do Plano Urbanístico Básico do Rio, de 1977. Até então, a área central da cidade, que se configura como um palimpsesto de transformações urbanísticas, apresentava, nas suas diversas camadas do tempo, conjuntos edificados que possuiriam valores tanto documentais quanto sociais ainda não reconhecidos oficialmente, e em constante ameaça frente à especulação imobiliária e ao desejo de um suposto progresso urbanístico.

Avenida Presidente Vargas: entre o desenvolvimento e a preservação

A Avenida Presidente Vargas, grande artéria viária aberta na década de 1940 sobre o estreito tecido do antigo núcleo colonial da cidade do Rio de Janeiro, representou um desses embates entre o desenvolvimento e a preservação. No que se refere ao desenvolvimento urbano, no cenário político do governo autoritário do Estado Novo (1936-1945) e da interventoria municipal de Henrique Dodsworth (1937-1945), foi criada a Comissão do Plano da Cidade, que retomou algumas das propostas apresentadas pelo urbanista Alfred Agache em seu Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade, produzido entre os anos de 1927 e 1930. Entre essas propostas, constava um prolongamento da Avenida do Mangue, no aterrado da Cidade Nova, até o Cais dos Mineiros, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, dando forma à futura Avenida Presidente Vargas. Cria-se também o Serviço Técnico do Plano da Cidade, formado por arquitetos e engenheiros do quadro de profissionais da então Prefeitura do Distrito Federal, que apresenta na XI Feira

Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, de 1938, o projeto revisado dessa avenida idealizada por Agache, por pouco tempo chamada de Avenida 10 de Novembro, em alusão à data do golpe do Estado Novo.

Com relação à preservação patrimonial, o SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional), órgão de tutela de atuação federal, protegeu, a partir de 1938, inúmeras edificações monumentais na área central com a prática do tombamento⁴, muitas no entorno do que em breve viria a ser a Avenida Presidente Vargas. Mas toda a massa edificada circundante de modestas dimensões daria lugar a uma nova tipologia arquitetônica verticalizada. No eixo das antigas ruas do Sabão (General Câmara) e de São Pedro, foi arrasado o casario existente para dar lugar à via e suas novas edificações. O sucesso da obra viária, contudo, não se reproduziu na construção dos seus edifícios, que se concentraram apenas em seu trecho inicial, que vai do Cais dos Mineiros até a Rua Uruguaiana. Grande parte dos lotes edificáveis, desde a Uruguaiana até a Praça da Bandeira, configurou vazios urbanos que ainda hoje estão em processo de ocupação.

Os efeitos dessa “drástica cirurgia” (LIMA, 1990) urbana foram perversos para o seu entorno edificado, associados a outras propostas nunca concretizadas, como a Avenida Diagonal (Projeto de Saboya Ribeiro de 1941, revogado em 1963 no governo Carlos Lacerda) e a Avenida Norte-Sul (Projeto de Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva, de 1949, parcialmente revogado em 1963, mas retomado na década de 1970, na administração de Chagas Freitas). Essas possíveis intervenções perpetuavam as ameaças de destruição do velho tecido colonial da cidade e seus componentes socioeconômicos, representados por um modesto casario da virada do século XIX para o século XX, abrigando um tradicional comércio varejista e residências das camadas menos favorecidas.

Desde a década de 1980, a política de conservação integrada concretiza-se na cidade do Rio de Janeiro por meio da atuação municipal, sendo a área central o laboratório das primeiras experiências de preservação da ambiência de conjuntos urbanos históricos⁵, como a Zona Especial do Corredor Cultural (projeto de 1979, transformado em lei em 1984), as APAs – Áreas de Proteção Ambiental do Sagas (Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, 1985-1987) e da Cidade Nova e Catumbi (1991), todas com seus limites no entorno da Avenida Presidente Vargas. No Plano Diretor Decenal de 1992, estabeleceu-se o instrumento específico para preservação de conjuntos urbanos: a APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural. Segundo este plano, as APACs são áreas que apresentam “relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis”, e sua ocupação “deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos” (Lei Complementar nº 16, de 1992). As APACs se configuram como instrumentos tanto de planejamento urbano quanto de preservação patrimonial, e suas definições foram revisadas no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro

de 2011 (Lei Complementar nº 111, de 2011). Dentro dos limites da APAC, consideram-se todos os seus bens imóveis como tutelados, podendo ser preservados (protegendo-se a volumetria e a fachada do imóvel, que compõem a ambiência cultural a ser salvaguardada) ou passíveis de renovação (no qual se estabelecem diretrizes para novas construções, tais como usos permitidos e gabarito pré-definido, que visam a adequar o futuro imóvel ao conjunto edificado protegido). A APAC Cruz Vermelha (1992) e a APAC Mosteiro de São Bento (2004, incorporando a APAC Teófilo Otoni, de 1997) completam as ambiências protegidas no entorno da Avenida Presidente Vargas, que se configura como um hiato de preservação em meio ao mar das APACs da área central da cidade do Rio de Janeiro (Ver Figura 01).



Figura 01 – Mapa de Áreas de Preservação (Corredor Cultural, APAs, APACs) no entorno da Avenida Presidente Vargas.

A Presidente Vargas pode estar à margem dessa política de preservação da ambiência urbana, mas ela já esteve no centro da discussão patrimonial na cidade. O projeto da avenida, de 1938, é concomitante ao início da atuação do SPHAN no tombamento do patrimônio artístico nacional. O excepcional instrumento conhecido como destombamento⁶, estabelecido em 1941, foi aplicado na construção da Avenida Presidente Vargas, possibilitando a demolição das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, assim como de parte do Campo de Santana, em 1943. Mas, no rastro da transformação, a avenida também agregou, conscientemente, um patrimônio existente, e sua incompletude como projeto urbanístico permitiu que outras edificações relevantes resistissem às transformações idealizadas, posteriormente reconhecidas como possuidoras de valores a serem preservados. Nesse sentido, a Avenida Presidente Vargas deve ser compreendida não apenas pelo seu eixo viário,

mas como um projeto urbano cujas propostas se irradiam para o tecido urbano adjacente, sejam elas de forma direta, por meio da sua execução, ou indireta, por meio de perspectivas que nunca se realizam, mas deixam suas marcas para a posteridade.

Apesar do seu ímpeto renovador e de sua lenta ocupação, a Avenida Presidente Vargas sedimentou-se no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro nesses seus mais de 70 anos de existência. E se reconhecemos a sua potência destruidora, devemos também afirmar sua capacidade construtora. Se ela, em determinado momento, produz cidade, ou, pelo menos, parte dela, não poderíamos pensar que no futuro essa produção que de alguma forma resistiu às transformações urbanas consequentes também se tornaria um patrimônio? Para Lowenthal (2000, p. 21, tradução nossa), a atividade de preservação tem na destruição um componente integral, uma vez que “(...) patrimônio cultural envolve substituição e retenção”, e o ato da destruição está “profundamente encrustado na natureza humana e na sociedade”, sendo “parte essencial da vida econômica e criativa”. A escolha pelo que destruir é também uma escolha pelo que preservar, mas ela é uma decisão condicionada a um momento presente, pois a consciência patrimonial é um fenômeno sempre contemporâneo (HARVEY, 2008). A constante transformação da cidade é um reflexo das mudanças nos ideários da sociedade, o que permite que um elemento outrora “destruidor” se configure num futuro bem a ser preservado. Neste ponto, serão as significações culturais agregadas ao longo do tempo por esta sociedade aos vestígios do passado que irão determinar se esta transição se concretizará. A Avenida Presidente Vargas aparece como um caso exemplar dessa dialética entre a preservação patrimonial e o desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro: um “conjunto projetual” (BORDE, 2006) que transforma a cidade e simultaneamente destrói, agrega e produz patrimônio.

Patrimônio agregado e destruído no rastro da transformação

Discorrer sobre o patrimônio cultural edificado da Avenida Presidente Vargas, tanto em sua perspectiva como projeto quanto nas transformações que ela de fato concretizou no tecido da área central do Rio de Janeiro, incorre em falar de arquiteturas e contextos urbanos que a antecederam. No panorama atual do seu patrimônio edificado, entre as arquiteturas tombadas pelas diversas esferas de tutela (IPHAN, INEPAC⁷ e IRPH⁸), apenas uma edificação é fruto da sua proposta urbanística da década de 1940: o edifício-sede do antigo Banco Boa Vista (Praça Pio X, nº 118), projeto de Oscar Niemeyer de 1946. O reconhecimento como patrimônio, contudo, não se relaciona com a avenida, e sim com a Lei Municipal nº 2.677 de 1998, que tomba as edificações projetadas por Niemeyer na cidade do Rio de Janeiro. O valor da Avenida Presidente Vargas como produtora de um conjunto edificado característico resultante de seu projeto urbano continua à margem do processo de preservação. O mesmo não pode ser dito do patrimônio edificado de valor individual artístico e histórico que foi agregado com a abertura da avenida e sua sucessiva ocupação.

Dentre os patrimônios agregados, o de maior destaque é a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, tombada pelo SPHAN em 1938, pelo seu valor histórico e artístico. Sua preservação, contudo, já estava prevista na proposta de Agache para a Avenida do Mangue. Originalmente incrustada no estreito tecido urbano da antiga Freguesia da Candelária, a igreja colonial de imponentes dimensões ganhou visibilidade e perspectiva nunca antes obtidas. Todo o casario em seu entorno fora demolido, dando origem à atual Praça Pio X, com a Igreja em seu centro configurando um marco monumental no eixo da nova via. Reconhecendo a necessidade de garantir a monumentalidade do bem patrimonial, a proposta urbanística verticalizada da avenida e sua sequência de edificações com 22 pavimentos, tal como previsto no projeto de urbanização nº 3022 de 1940, sofre uma inflexão na Praça Pio X. No entorno da Igreja da Candelária, as novas edificações compuseram uma cortina de fachadas com gabarito de 12 pavimentos, conforme o PAA (projeto de alinhamento⁹) nº 4041 de 1945.

Camillo Sitte (2006 [1889]), em fins do século XIX, discorria sobre essa tendência das cidades modernas de posicionar seus monumentos no centro dos espaços públicos, que se opunha à implantação verificada na cidade tradicional¹⁰. Reflete-se nas propostas urbanísticas da Avenida Presidente Vargas o desejo de modernizar o velho centro da cidade, cujo pontapé inicial foram as reformas empreendidas durante a administração Pereira Passos (1902-1906). Essa atitude de isolamento das edificações monumentais do passado também estava consonante com as diretrizes acerca do patrimônio histórico da “Carta de Atenas”, redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. No documento, que estabelecia as linhas gerais do urbanismo moderno e da cidade funcional, destacou-se a validade do patrimônio histórico das cidades, sendo estes salvaguardados se constituíssem “a expressão de uma cultura anterior, e se correspondessem a um interesse geral”. Sua conservação seria permitida caso não acarretasse o “sacrifício de populações mantidas em condições insalubres”. Acerca dos conjuntos urbanos que emolduram monumentos de valor patrimonial, o documento afirma:

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente (CARTA DE ATENAS DO CIAM, 1933, *apud* CURY, 2000).

Para Beatriz Kuhl, (1998, p. 200), a Carta de Atenas do CIAM “renegava a herança do passado”, onde “grande parte do tecido urbano e de edifícios passados estavam condenados à demolição”. O documento também afirmou que “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado” (CARTA DE ATENAS DO CIAM, *op. cit.*) Foi nesta concepção que, ao agregar a Igreja da Candelária a seu projeto urbanístico, juntamente com o atual edifício da Casa França-Brasil (antiga

Praça do Comércio, projetada por Grandjean de Montigny em 1820 e primeiro registro da arquitetura neoclássica no Brasil), igualmente tombado pelo SPHAN em 1938, a Avenida Presidente Vargas destruiu outros elementos arquitetônicos relevantes no contexto urbano da época. Entre eles, as igrejas tombadas pelo SPHAN de São Pedro dos Clérigos e do Bem Jesus do Calvário, e edifícios como o Paço Municipal no Campo de Santana e a Escola Benjamin Constant.

Contudo, a destruição mais significativa não estava nos bens imóveis de valor individual, mas na sequência arrasada de três quarteirões ao longo dos quatro quilômetros de extensão da avenida. Neste conjunto, foi-se embora a Pequena África e a Praça Onze de Junho, na Cidade Nova, que se tornou, após a Abolição, reduto dos outrora escravizados, e onde se situava a casa de Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, negra baiana alforriada que veio para o Rio de Janeiro em 1876. Na Pequena África, difundiram-se os ritos da cultura africana, e na residência de Tia Ciata nasceu o primeiro samba gravado. O imóvel em questão, nº 117 da Rua Visconde de Itaúna, fez parte da primeira leva de demolições para a abertura da avenida, e em seu lugar foi construído o famoso complexo de edifícios “Balança-Mas-Não-Cai”.

A Avenida Presidente Vargas também agregou futuros patrimônios edificados, ora como integrantes de sua proposta urbanística, ora como vestígios do passado que resistiram às transformações que não se concretizavam. Na maquete apresentada na Feira de Amostras de 1938 destacam-se duas edificações contemporâneas, em processo de construção, e representativas da linguagem arquitetônica adotada pelo Estado Novo em sua afirmação do poder na cidade: o edifício da Estação Central da Estrada de Ferro Pedro II e o Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra (projeto de Christiano Stockler, inaugurado em 1941). Ambos antecedem em projeto a proposta da Presidente Vargas, e sua localização, de frente para o Campo de Santana, consolida as atividades previamente existentes no local (o Terminal Ferroviário e o Quartel Militar da Praça da República), substituindo as arquiteturas passadas por novas edificações imponentes que marcam o ponto central da avenida. Com relação ao simbolismo arquitetônico dessas construções, Evelyn Lima (1990, p. 66) sugere, no caso do Palácio Duque de Caxias, que sua composição, formada por um bloco horizontalizado intercedido no centro por um volume vertical, faz alusão à imagem de um “general marchando à frente de suas divisões”. O edifício, portanto, comunicaria visualmente sua função destinada a assuntos militares e sua marca como expressão do poder de um governo autoritário. Em termos do reconhecimento patrimonial destas edificações, esses bens só viriam a ser tombados na década de 1990: a Estação Ferroviária, com sua icônica torre de relógio, pelo poder municipal (Decreto 14.741 de 1996), e o Palácio Duque de Caxias pelo INEPAC, órgão de tutela em esfera estadual. Em 2008, a estação ferroviária é contemplada com tombamento federal, inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Os demais patrimônios edificados que se encontram ao longo da Presidente Vargas devem sua permanência no contexto urbano atual ao fracasso da ocupação prevista para a avenida, ocorrido a partir da década de 1950, quando os investimentos imobiliários se voltaram para o bairro de Copacabana. No projeto de alinhamento nº 3653 de 1941, que detalha o projeto de urbanização nº 3022 para a Avenida Presidente Vargas no trecho do Campo de Santana à Praça da Bandeira, a implantação dos edifícios apresentava solução diferente da prevista para o trecho inicial, com sua contínua cortina de fachadas rente ao alinhamento da via. Enquanto o primeiro trecho conformava quadras fechadas com vazios internos não edificados, tal como verificado na Esplanada do Castelo segundo as dogmáticas de Agache, o trecho final da Presidente Vargas previa uma situação mais próxima das diretrizes do urbanismo moderno, como as propostas de Reidy para o Aterrado do Calabouço (1938). Em vez de quadras fechadas, eram propostos extensos blocos verticalizados em fita, ora recuados, ora alinhados à via. Ambas as soluções previam as galerias de pedestres sustentadas por pilotis.

Na Quadra 17 do projeto, referente ao lado ímpar da avenida entre a Praça da República e a Rua de Santana, a histórica residência de marechal Deodoro, situada de frente para o Campo de Santana estava ameaçada de ser destruída. A proposta de ocupação é modificada na década de 1950, conforme evidenciado no PAA nº 7215 de 1957, no qual a quadra 17 é dividida em dois conjuntos separados pela Rua General Caldwell. Na Quadra 17-A, constrói-se nos lotes 18, 19 e 20 o Complexo do Balança-Mas-Não-Cai. Na quadra 17-B, persiste a proposta de demolição da Casa de Deodoro. Com o tombamento do imóvel pelo DPHAN (denominação do atual IPHAN entre os anos de 1946 e 1970) em 1958, o sobrado do século XIX passa a integrar o projeto da Avenida Presidente Vargas por meio do PAA nº 8052 de 1963, que mais uma vez modifica a implantação dos edifícios, agora em grandes blocos isolados. Desta proposta surgiu o único imóvel construído na Quadra 17-B em mais de 60 anos, o Edifício Campo de Santana, no lote 2B do PAL (projeto de loteamento) nº 24.509, adjacente à Casa de Deodoro. Somente no século XXI, a quadra é completada com o recém-construído Centro de Diagnósticos Rio-Imagem.

Tal como no caso anterior, o Hospital Escola São Francisco de Assis, com projeto de Heitor Rademaker Grunewald, e obras iniciadas em 1876 em composição panóptica, seria destruído para dar lugar aos blocos edificados da Quadra 23 do projeto da avenida. Desativado em 1978, o imóvel foi tombado pelo IPHAN em 1983 nos livros do Tombo das Belas Artes e do Tombo Histórico, e seu uso retomado na mesma década. No lado oposto da avenida, a Fábrica de Gás do Aterrado, uma das primeiras construções da Cidade Nova, que data de 1853, só foi tombada pelo INEPAC em 1990.

Nas proximidades do Palácio Duque de Caxias, entre a Presidente Vargas e a Avenida Marechal Floriano, a Quadra 14-B do projeto de urbanização previa uma implantação de edifícios que seguia os contínuos blocos edificados do início da avenida, o que levaria

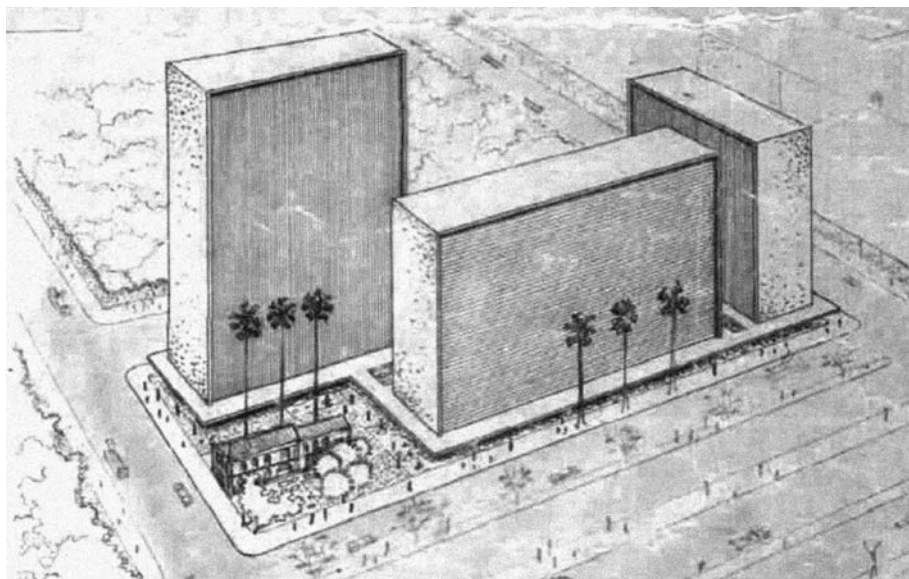


Figura 02
– Detalhe
do PAA
nº 8052
de 1963.
Fonte:
SMU/PCRJ.

à demolição da Escola Municipal Rivadávia Corrêa. A proposta da quadra, assim como de outras na avenida, é modificada nas décadas seguintes, chegando a ser substituída por uma alça da Avenida Diagonal com o PAA nº 7354 de 1959. Apesar das ameaças, o imóvel, projetado por Francisco Pereira Passos no último quartel do século XIX, resistiu às transformações por mais de um século e passou a incorporar o patrimônio edificado da Presidente Vargas em 1990, quando foi tombado pelo poder municipal. Na mesma quadra, seus imóveis adjacentes foram demolidos em fins da década de 1990, dando lugar a uma praça arborizada que permite uma ligação visual direta da Avenida Presidente Vargas com o Palácio Itamaraty, imóvel neoclássico tombado pelo SPHAN em 1938, incorporando-o à paisagem urbana da avenida.

As margens da Avenida: Áreas de Preservação

Nesse processo de reconhecimento do patrimônio da Avenida Presidente Vargas evidenciam-se as transformações quase erráticas que deram forma ao tecido urbano que configura a via e seu entorno em seu contexto contemporâneo: uma colcha de retalhos urbanísticos produzida a partir de fragmentos de propostas incompletas de um futuro e de vestígios remanescentes do passado. Longe de ser uma condição exclusiva da Avenida Presidente Vargas, essa é uma característica das nossas cidades contemporâneas, que, segundo Bernardo SECCHI (2006 [2000], p. 88), é compreendida como “um confuso amálgama de fragmentos heterogêneos”, no qual “materiais urbanos e formas espaciais pertencentes a diversos períodos da história [...] mesclam-se a materiais, formas, figuras e técnicas que anunciam aspectos do futuro” (*Ibid*, p. 90).

Na área central da cidade do Rio de Janeiro, o projeto urbanístico da Avenida Presidente Vargas é apenas um dos fragmentos que compõem a complexa trama de evidências materiais produzidas por distintas, e muitas vezes divergentes, idealizações de futuro. Sua conjuntura contemporânea é resultado da articulação de seu projeto original com propostas renovadoras posteriores que o interceptavam. Dentre estas, destacam-se os projetos da Avenida Diagonal e da Avenida Norte-Sul, o Viaduto São Sebastião e o Plano de Urbanização da Cidade Nova. Estas ainda se somavam às preexistências que resistiram às transformações, configurando-se em futuros patrimônios da cidade. A abrangência dessas transformações ia muito além de uma pequena intervenção urbanística pontual de abertura de via, e alastrava-se para o conjunto urbano adjacente. Nas franjas do seu projeto original, onde este se funde com propostas complementares de transformação urbana, seu anseio por renovação se superpõe às estruturas já sedimentadas da cidade. É nas margens dessa avenida, nas tensões entre as forças do desenvolvimento e da preservação, que se realizam as primeiras experiências no Rio de Janeiro de proteção patrimonial numa dimensão urbana, a partir da década de 1970.

Antes da proteção, contudo, havia a ameaça. Se na década de 1940 a Avenida Presidente Vargas propunha arrasar uma sequência de três quarteirões ao longo de quatro quilômetros de extensão, outro projeto coetâneo previa uma reconfiguração no estreito tecido urbano da Freguesia do Sacramento. A Avenida Diagonal, projeto de Saboya Ribeiro, apresentado no PAA nº 3612 de 1941, tal como a Presidente Vargas, traçava a abertura de um extenso eixo viário e uma nova estrutura ocupacional para a cidade, cujas intervenções seriam mais avassaladoras. Seu traçado oblíquo ao tecido existente, ligando a Lapa ao Campo de Santana, propunha destruir uma área da cidade em que se consolidou uma tradicional atividade comercial articulada aos pequenos sobrados que não mais representavam o futuro da então Capital Federal.

Os planos de renovação urbana são mais ambiciosos com o projeto da Avenida Norte-Sul, apresentado no PAA nº 5029 de 1949 (ver Figura 3), seguindo as propostas de Affonso Eduardo Reidy para a urbanização da Esplanada de Santo Antônio. Ligando a Lapa à Região Portuária, atravessando o vazio remanescente do antigo Morro de Santo Antônio e a própria Avenida Presidente Vargas, a proposta urbanística também não poupava a demolição do tradicional casario, neste caso, contido entre a Avenida Passos e a Rua da Uruguaiana. No seu rastro de transformação também seriam eliminadas do conjunto duas edificações de destaque, posteriormente protegidas com tombamento: o Real Gabinete Português de Leitura (tombado pelo DPHA do Estado da Guanabara, futuro INEPAC, em 1970), e o edifício do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (antiga Escola Polytechnica), no Largo de São Francisco de Paula. Este último foi parcialmente tombado pelo DPHAN em 1962, protegendo a parte frontal do edifício, que seria arrasada para dar lugar à Quadra 1 do projeto da Norte-Sul¹¹. Nesse mesmo ano, os comerciantes dessa localidade ameaçada pela renovação estabelecem a Saara – Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega,

e reivindicam sua manutenção. A perda do status de capital do Rio de Janeiro na década de 1960 desacelera o surto de transformações urbanísticas das décadas anteriores, e a Saara consegue revogar os projetos da Diagonal e da Norte-Sul, em acordo com o governador Carlos Lacerda em 1963. Mas essa revogação dos projetos urbanísticos não equivalia à preservação do conjunto edificado, mantendo-se a perspectiva da renovação arquitetônica da área com novos alinhamentos previstos para as estreitas vias da Saara, conforme verificado no PAA nº 8172, de 1964. Apesar da conquista, a vitória da comunidade de comerciantes duraria pouco, com o projeto da Norte-Sul sendo retomado no governo Chagas Freitas, com modificações em relação ao original. Na proposta de 1948, a via elevada teria alças de acesso na Presidente Vargas, alterando substancialmente a proposta de ocupação da avenida e contribuindo para a estruturação de seus vazios urbanos.

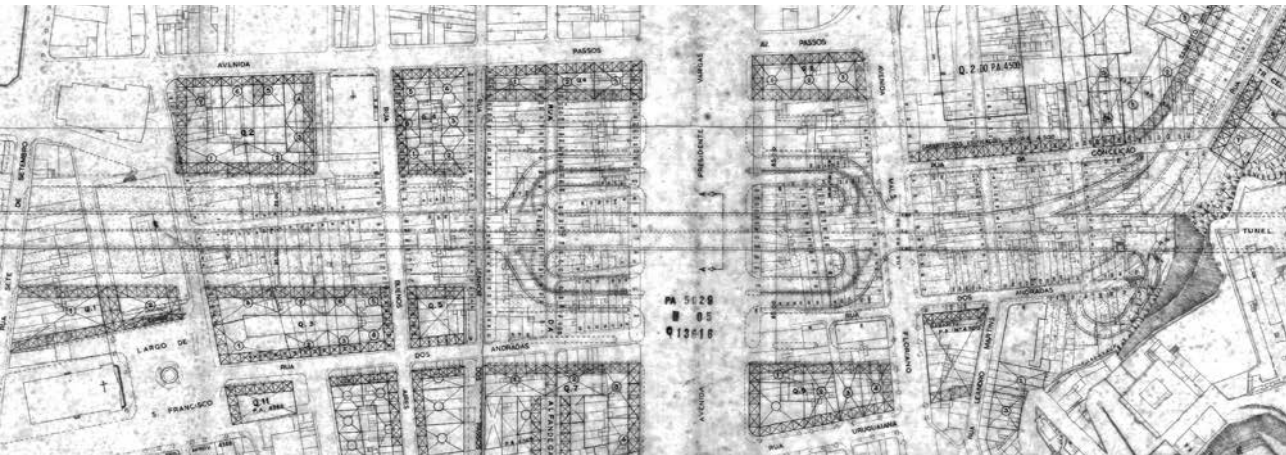


Figura 03 – PAA nº 1949, de 1963. Fonte: SMU/PCRJ.

A situação é revertida no final da década de 1970, quando, já na condição de capital do estado homônimo, a cidade do Rio de Janeiro produz seu primeiro projeto de preservação e recuperação do conjunto urbano de sua área central: o Projeto Corredor Cultural, de 1979, concebido com a participação de técnicos da Prefeitura Municipal (Equipe Técnica) e de um grupo de intelectuais (Câmara Técnica). Buscava-se no projeto um equilíbrio entre a preservação patrimonial, não mais restrita aos monumentos excepcionais, e os processos de renovação urbana. Protegia-se um conjunto de imóveis que, embora não possuísem valores individuais que garantissem seu tombamento, tinham um significado cultural expresso materialmente na ambiência que eles compunham na paisagem urbana, associado às imaterialidades das atividades tradicionais da sua comunidade. A área da Saara foi incorporada a esse projeto, juntamente com os vazios do lado ímpar da Avenida Presidente Vargas entre o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana, que se perpetuavam ao longo da década com as escavações a céu aberto das obras da linha metroviária.

O projeto toma forma na cidade com a criação da Zona Especial do Corredor Cultural pela Lei Municipal nº 506, de 1984, que dispõe sobre a preservação e a renovação de bens imóveis na área delimitada pelo PAA nº 10290, de 1983. Os parâmetros foram revistos em 1987, com a produção do PAA nº 10.600 (ver Figura 4), ainda vigente na estruturação urbana dessa parte da cidade. Como um instrumento de conservação integrada, influenciada pelas recomendações da Declaração de Amsterdã, a Zona Especial do Corredor Cultural estabeleceu, a partir das revisões de 1987, duas subzonas de atuação para seus imóveis: a preservação ambiental e a renovação urbana. Na primeira, que compõe grande parte da área da SAARA, preservam-se as fachadas e a volumetria das edificações, permitindo modificações em seus interiores. Na subzona de renovação urbana, na qual se encontram os vazios urbanos da Avenida Presidente Vargas, desde a Uruguaiana até o Campo de Santana, definiu-se um novo padrão volumétrico para as edificações, fixando gabarito e alinhamento compatível com o conjunto preservado. Dentre os bens preservados pelo Corredor Cultural no entorno da Avenida Presidente Vargas destaca-se a Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge, na Rua da Alfândega, esquina com o Campo de Santana. O imóvel, curiosamente mesmo sem tombamento, já havia sido integrado ao projeto da Avenida Diagonal em 1941, com seu campanário compondo o *skyline* da Avenida Presidente Vargas.

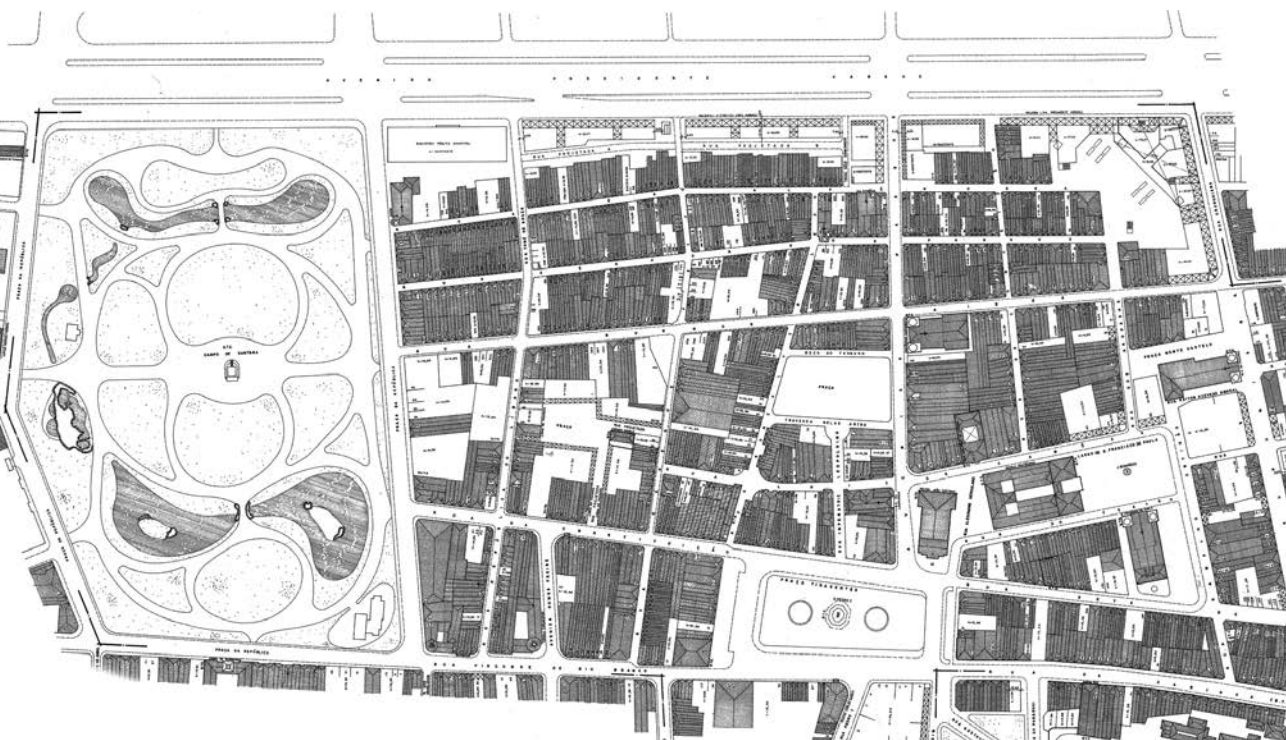


Figura 04 – PAA nº 10600, de 1987. Fonte: SMU/PCRJ.

No lado oposto da Presidente Vargas, no entorno da Avenida Marechal Floriano, a região da antiga Freguesia de Santa Rita também sofreria grandes perdas no seu conjunto edificado caso fosse executada a Avenida Norte-Sul. Na década de 1970, com a retomada da proposta urbanística, a via, que seguiria por um túnel até a Região Portuária atravessando o Morro da Conceição, arrasaria quarteirões ao longo das ruas da Conceição e dos Andradas, além de um segundo prolongamento também em via elevada ao longo da Rua Senador Pompeu, seguindo um trajeto paralelo à Presidente Vargas em direção ao bairro do Santo Cristo. Na década seguinte, concomitante à implementação do Corredor Cultural, o IPHAN desenvolveu estudos no entorno de seus bens tombados nas proximidades do Morro da Conceição. Entre esses bens figuravam o Palácio do Itamaraty e o Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano, o Conjunto Paisagístico dos Jardins do Valongo e a Fortaleza da Conceição, no alto do morro. Embora a Norte-Sul tenha sido revogada nesse período, a renovação arquitetônica na área ainda era estimulada, substituindo o tradicional casario por edifícios verticalizados, muitos dos quais com uso exclusivo de garagens, seguindo as normas edilícias do Decreto Estadual n.º 6.030 de 1973, ratificada pelo Decreto n.º 322 de 1976, que regulamentou o zoneamento da cidade. O IPHAN freia essa renovação ao estabelecer uma área de entorno para nove dos seus bens tombados na localidade, que fixa gabaritos máximos para construções, reformas e acréscimos dentro do perímetro delimitado pela sua Portaria n.º 02 de 1986. Como órgão de tutela federal, não competiria ao IPHAN preservar o casario do entorno, cuja arquitetura não tem valor excepcional para a história da nação. Contudo, ele compunha a moldura e a ambiência dos seus bens tombados, portanto, sua volumetria poderia estar tutelada, a fim de evitar renovações que comprometessem a visibilidade dos monumentos protegidos. Essa portaria seria revogada no século XXI, sendo substituída pela de n.º 135 de 2013, que incorpora a Avenida Presidente Vargas ao perímetro de tutela da volumetria nas proximidades da Estação Ferroviária D. Pedro II, tombado pelo órgão em 2008.

Enquanto se instaurava a Portaria n.º 02 na década de 1980, tendo em vista a experiência que se realizava no Corredor Cultural, o poder municipal cria, em 1985, o Projeto SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), diante das reivindicações de preservação do tradicional conjunto edificado dos bairros portuários feito pela Amas, a Associação de Moradores e Amigos da Saúde. Em 1987, é publicada a Lei n.º 971, que institui a Área de Proteção Ambiental de parte dos bairros da Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Centro, estabelecendo quatro subáreas de preservação ambiental. Com relação ao planejamento urbano, ela foi regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 7351 de 1988, que estabeleceu um zoneamento no perímetro da APA, com definição de usos apropriados. Desta vez, a Avenida Presidente Vargas ficou fora da área de tutela, com seus limites dividindo ao meio as quadras urbanizadas da avenida: os edifícios verticalizados da proposta urbanística da década de 1940 são ignorados, incluindo-se apenas o casario tradicional que dá frente para a Rua Teófilo Otoni e para a Avenida Marechal Floriano.

Em direção à Cidade Nova, o projeto do Viaduto São Sebastião e do Túnel Catumbi-Laranjeiras, como parte da Linha Lilás do Plano Doxiadis, de 1965, gerou uma cisão no eixo da Avenida Presidente Vargas. Desde a década de 1950, o trecho da avenida que vai do Campo de Santana em direção à Praça da Bandeira permanecia com sua ocupação em suspenso, e os vazios que a sua abertura produziu incitavam a degradação do entorno imediato. A proposta rodoviarista do Plano Doxiadis agregaria um caráter inóspito ao entorno da antiga Rua Marquês de Sapucaí: um extenso viaduto com grandes alças de acesso, e amplos vazios ajardinados. Um impactante contraste com a configuração da malha urbana do século XIX, densamente ocupada pelo pequeno casario em lotes estreitos e profundos.

Nesta malha tradicional, no trecho que vai do Campo de Santana à Rua Marquês de Sapucaí, que incorpora edificações tombadas, como a antiga Casa de Moeda (atual Arquivo Nacional, protegido pelo SPHAN em 1938), previa-se, já na década de 1940, uma expansão das propostas urbanísticas da Avenida Presidente Vargas ao longo das Ruas de Santana e General Caldwell, conforme o PAA nº 4463 de 1946. As transformações são pontualmente identificáveis na área: edifícios habitacionais verticalizados com galerias de pedestres mesclam-se ao conjunto dos pequenos sobrados. O casario remanescente seria protegido pelo Decreto Municipal nº 11.883 de 1992, que criou a APAC Cruz Vermelha, reconhecendo este trecho da área central como um conjunto residencial e comercial característico, adjacente ao Corredor Cultural.

No lado oposto da Rua Marquês de Sapucaí, o bairro da Cidade Nova seria alvo de um plano de reurbanização datado de 1967, que previa a substituição do conjunto urbano tradicional por torres destinadas ao uso habitacional. Ao longo das décadas seguintes, o Viaduto São Sebastião se concretiza na paisagem da Cidade Nova, e a Rua Marquês de Sapucaí é alvo do projeto de Oscar Niemeyer para o Sambódromo, que previa a demolição da antiga Fábrica da Brahma. Inaugurado em 1984, o projeto foi modificado, poupando o antigo edifício da cervejaria, incorporado ao perímetro de tombamento da Passarela do Samba quando esta foi protegida pelo INEPAC, dez anos após sua construção. Em 2011 foi aprovado o destombamento do Sambódromo, permitindo a demolição da fábrica e a ampliação das áreas de arquibancada, seguindo as diretrizes do projeto original de Niemeyer. No local da Brahma, uma lâmina envidraçada de 20 pavimentos (Eco Sapucaí) compõe um novo fundo visual para a Avenida Presidente Vargas.

A ampliação do Sambódromo também afetou em parte a APA Cidade Nova e Catumbi, criada pelo Decreto nº 10.040 de 1991. No entorno da Vila Operária da Cidade Nova, conjunto de edificações proletárias construídas ao longo da Rua Salvador de Sá no início do século XX, preservou-se um casario degradado, que recentemente vem sendo recuperado nas proximidades da Rua Nery Pinheiro, engendrando um forte processo de gentrificação. Esse é, por sua vez, estimulado pelas ocupações dos vazios da Avenida Presidente Vargas no entorno do Centro Administrativo São Sebastião (sede da Prefeitura do Rio), projeto de

Marcos Konder Neto da década de 1970. No século XXI, novas adições, como a Nova Cedeae, o Centro de Convenções SulAmérica, o Centro de Operações Rio e a Universidade Petrobras, modificam a dinâmica da área, e suas demandas transformam o patrimônio adjacente.

Contudo, os mais recentes reconhecimentos patrimoniais ao longo da Avenida Presidente Vargas vêm ocorrendo no seu trecho de maior consolidação, no entorno da Igreja da Candelária. O Corredor Cultural, em sua delimitação na década de 1980, desconsiderou os quarteirões financeiros nas proximidades da Avenida Rio Branco, com seus edifícios verticalizados das décadas de 1920 e 1930. Em meio a esses blocos, encontravam-se exemplares remanescentes da cidade tradicional, com fachadas ornamentadas e pequenas dimensões. Neste contexto, surge em 1997 a APAC Teófilo Otoni, incorporada em 2004 à APAC Mosteiro de São Bento, preservando um casario que abriga predominantemente serviços de gastronomia e a concentração de edifícios de atividade financeira. Além das APACs, também são estabelecidas áreas de entorno de bem tombado (AEBT), como a do imóvel da Rua da Candelária, nº 2, um modesto sobrado tombado pelo município em 1989. Sua área de entorno, criada pelo Decreto nº 28.911 de 2007, preserva outros quatro imóveis no seu quarteirão, inclusive alguns da década de 1920, como o eclético edifício da Rua da Alfândega, nº 5.

Das margens ao Centro: novos patrimônios?

Nas últimas quatro décadas, o conjunto edificado do entorno da Avenida Presidente Vargas vem sendo reconhecido pelos órgãos de tutela patrimonial como merecedores de proteção para a posteridade, remanescentes de um tecido da cidade tradicional que mantém vivas atividades típicas e ambiências pitorescas. Até a década de 1970, no contexto nacional, esses conjuntos não tinham valor, sendo rechaçadas inclusive arquiteturas monumentais produzidas nesse mesmo período, como o prédio do Theatro Municipal (que recebeu proteção estadual em 1972 e federal em 1973). Quarenta anos após o SPHAN determinar as bases do que devia ser considerado patrimônio edificado, ampliou-se a abrangência patrimonial não apenas em questões temporais (que fragmentos do passado deveriam ser reconhecidos), mas também em sua própria materialidade (preservando desde o monumento até a arquitetura menor).

Tal como a cidade em constante transformação, as noções do que se configura como patrimônio também se modificam, e devem ser periodicamente revisadas. Outros 40 anos se passaram desde que se estruturou a preservação da ambiência urbana na cidade do Rio de Janeiro, na qual a Avenida Presidente Vargas não foi contemplada na seleção do conjunto edificado a ser valorizado. Estaríamos hoje num novo momento de revisão dos critérios? Diante das transformações pelas quais a Avenida Presidente Vargas vem passando, com as novas arquiteturas contemporâneas (e por vezes desarticuladas) que ocupam os seus

históricos vazios, o projeto urbanístico da década de 1940, que produziu as edificações no entorno da Igreja da Candelária, não teria também valor como um conjunto urbano que narra a história da cidade? E não apenas valor de conjunto, mas valor artístico excepcional nas suas construções, entre elas exemplares da arquitetura moderna, como o Edifício João Úrsulo Ribeiro Coutinho (Praça Pio X, nº 99), antiga sede do Banco Aliança, projeto de Lúcio Costa; e o edifício do antigo IPEG (Avenida Presidente Vargas, nº 670), projeto de Affonso Eduardo Reidy, com seus *brises-soleil* na fachada voltada para sua não concretizada Norte-Sul. E por que não reconhecer o valor histórico e social do Balança-Mas-Não-Cai, como um registro da ocupação da avenida? Essa carga histórica presente na Avenida Presidente Vargas, como um projeto transformador sedimentado no contexto contemporâneo da cidade que destruiu, agregou e adquiriu valores culturais em sua produção, corrobora a necessidade de que ela saia da margem e seja colocada no centro da definição do que irá se configurar como um patrimônio para o futuro do Rio de Janeiro.

Notas

¹ CHOAY (2001 [1992]) aponta os escritos do arquiteto italiano Gustavo Giovannoni (1913) como a origem do termo patrimônio urbano, embora autores do século XIX como John Ruskin e Camillo Sitte já anunciassem uma preocupação com a destruição dos conjuntos arquitetônicos não-monumentais face às transformações urbanas da era industrial. Em termos de políticas estatais de preservação e reconhecimento patrimonial, no Brasil, a cidade de Ouro Preto, com seu tecido urbano e casario característico, foi elevada a categorial de monumento nacional em 1933. Na França, pouco antes da publicação da Carta de Veneza, a Lei Malraux de 1962 estabeleceu condições para preservação do tecido urbano de centros históricos através da criação dos *secteurs sauvegardés* (setores de salvaguarda).

² A significação cultural designa o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras. (CARTA DE BURRA, 2013)

³ Desde o século XIX até o contexto em questão, a discussão patrimonial na Europa articulava-se ao reconhecimento de uma identidade nacional. No caso do Brasil, a atuação por parte do Estado no reconhecimento patrimonial estava associada à descoberta de uma identidade brasileira na conjuntura republicana, e era realizada em esfera nacional. A experiência bolonhesa inova em sua atitude com o patrimônio não só em sua abrangência de significação cultural, como também no redirecionamento das práticas de proteção de um contexto nacional para o debate local, integrado ao seu plano diretor municipal.

⁴ O Decreto Lei nº 25 de 1937 regulamentou o SPHAN, criado em 1936, definiu como sendo patrimônio artístico e histórico do Brasil "(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". O tombamento foi o instrumento legal estabelecido para proteger esse patrimônio, sendo inscritos os bens tombados em um dos quatro livros do tomo:

⁵ A Recomendação de Nairóbi, redigida na 19ª Conferência Geral da UNESCO realizada no Quênia em 1976, definiu conjuntos históricos como "todo agrupamento de construções e de espaços" cujos valores são "reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural". A ambiência destes conjuntos constituiu-se como sendo o "quadro natural ou construído" que influi na percepção de tais conjuntos históricos, vinculando-se "de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976 apud CURY, 2000).

⁶ O Decreto-Lei nº 3866 de 1941 possibilitou cancelar o tombamento de bens previamente protegidos pelo SPHAN.

⁷ INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, órgão de tutela patrimonial de esfera federal. Tem suas origens no DPHA, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, criado em 1963.

⁸ IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão de tutela patrimonial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, criado em 2012. Tem suas origens no antigo DGPC – Departamento Geral do Patrimônio Cultural, criado em 1986.

⁹ Os projetos de alinhamento (PAA) e projetos de loteamento (PAL) mencionados nesse texto podem ser consultados na página web da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SMU/PCRJ), através do link: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>.

¹⁰ Para Sitte (1989), um certo mistério se apresentava na escolha do local destinado aos monumentos, tais como igrejas, nas praças das antigas cidades. Contudo uma coisa era certa: eles não se localizariam no centro geométrico da praça,

como vinha ocorrendo em seu período (século XIX), e ainda vem se perpetuando no século XXI. No passado, as igrejas apareciam integradas a outras edificações. Dentre os motivos para esta localização, Sitte indica uma melhor perspectiva da praça como um todo, pois o posicionamento central requer uma maior profundidade de campo de visão. Ele reconhece também a vantagem econômica, uma vez que uma igreja posicionada no centro de uma praça requer um maior comprometimento na execução das fachadas. Uma igreja incrustada em outras edificações seria mais econômica, uma vez que o seu número de fachadas seria reduzido.

¹¹ O edifício do IFCS seria tombado, por completo, pelo INEPAC, em 1983.

Referências Bibliográficas

- BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006 (Tese de doutorado em Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. **Bolonia: Política y Metodología de La Restauración de Centros Históricos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2000.
- HARVEY, David C. "The History of Heritage". In: GRAHAM, Brian e HOWARD, Peter (Orgs.). **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Aldershot: Ashgate, 2008. pp 19-36.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. Cotia-SP: Ateliê Editorial/FAPESP/ Secretaria de Cultura, 1998.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- LOWENTHAL, David. "Stewarding the Past in a Perplexing Present". In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall e DE LA TORRE, Marta (Orgs.). **Values and Heritage Conservation: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SITTE, Camillo. "City Planning According to Artistic Principles". In COLLINS, George e COLLINS, Christiane Crasemann. **Camillo Sitte: The Birth of Modern City Planning**. Mineola: Dover Publications, 2006.

Recebido em 29/03/2016

Aprovado em 30/04/2016